

A ESTÉTICA ROMÂNTICA COMO CRIADORA DA CATEGORIA GEOGRÁFICA PAISAGEM

A paisagem sempre existiu, porém foi diferenciada dialeticamente, uma vez que a mesma depende dos fatores históricos e geográficos atrelados ao espaço e ao ser humano. A paisagem depende do indivíduo para ser paisagem. A paisagem só existe a partir da relação sujeito-mundo-sujeito.

Na contemporaneidade olhar para o mundo é essencialmente romântico, isto é, o mundo é fitado e compreendido como locus da harmonia no qual o indivíduo (enquanto um) deverá resolver as suas desarmonias. Nunca na história humana ocidental o indivíduo foi tão valorizado, exigido, compensado e punido. A sobreposição do indivíduo atual para com o mundo atrela-se aos valores românticos destacados e utilizados com maestria pela mídia moderna – “operária” do capitalismo, na verdade tais valores individualistas são heranças do período medieval que foram modificados, isto é, os valores de salvação do indivíduo eram teológicos e foram transformados no decorrer dos séculos; assim, o projeto medieval de salvação em Deus transformou-se em salvação pela razão com os Iluministas e por fim o projeto salvístico encontrou abrigo no indivíduo que sente (no eu-sou), portanto, o homem pecador¹ passa a ser compreendido como homem-humano, num primeiro momento apartado dos sentimentos e sublinhado pela razão. O ser racional é o ser construtor, aquele que projeta a razão ordenadora no mundo desordenado, eis a salvação: entender a mecânica do mundo e interferir no mesmo para aperfeiçoá-lo.

A razão é o poder que move o homem, que transforma as pedras lascadas em naves espaciais, que faz com que blocos de minérios tornem-se bombas com enorme capacidade assassina. A história da razão, de uma racionalidade humana, pressupõe o indivíduo em destaque, pois quem pensa, quem raciocina é o indivíduo, portanto, a razão é individual no sentido prático, porém os elementos que proporcionaram o desenvolvimento de uma “razão” são históricos-geográficos, são sociais. Engels (1990) vai mais longe ainda ao dissertar quanto as relações das condições materiais e suas influências nos indivíduos por meio de uma padronização do pensar e do agir ao nomear a razão como “instinto do povo” (p. 129), isto é, o povo age compulsivamente, quase que instintivamente, visto que sua organização material e intelectual leva-os a agirem assim.

Da razão coletiva ao indivíduo o caminho é composto de um pensamento ordinário que levam os indivíduos a serem como são, esse agir coletivamente no indivíduo tem sua materialização na cultura ao mesmo tempo em que a cultura proporciona uma imaterialidade que simultaneamente será objetivada.

Este excesso de prioridade racional na construção do sentido de ser foi questionado por muitos pensadores e artistas, os quais não entendiam o “sentido da vida” vinculado somente à razão, retornaram, então, aos ideias platônicos. Surge, portanto, na Europa grupos de pensadores e artistas que desejavam desvincular o destino da humanidade a uma simples equação racional, na verdade buscavam fugir de uma razão excessiva criando outra racionalidade: o retorno a metafísica, o qual levou-os a uma necessidade excepcional quanto aos seus sentimentos; assim, o cogito cartesiano é substituído por uma tempestade de ímpetos (Sturm und Drang), por um furacão burguês.

¹ “O homem, fragmentozinho da criação, quer louvar-Vos; - o homem que publica a sua mortalidade, arrastando o testemunho do seu pecado e a prova de que Vós resistis aos soberbos. Todavia, esse homem, particularzinha da criação, deseja louvar-Vos”. (S. AGOSTINHO, 1999, p. 37).

A busca pelo sentimental individual desde Rousseau, passando pelos romances ingleses – Robinson Crusoe, Tom Jones e Pamela – até a poesia de Goethe e posteriormente Fichte, Schiller, Schelling, Schopenhauer e outros; teve sua origem no desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas e tecnologias que posteriormente interferiram diretamente na indústria.

A indústria dava passos largos e centrados no pleno desenvolvimento e aperfeiçoamento, uma multidão de camponeses concentravam-se nas cidades. As massas dominavam o cenário urbano, milhares de pessoas deslocaram-se para um novo modo de vida, portanto, ser urbano não era mais privilégio da burguesia, nem dos mestres fabricantes ou dos industriais nascentes, ser urbano era uma condição “dada” pelas condições sociais, econômicas, políticas, culturais e tecnológicas. O urbano condenou a burguesia a se misturar com os trabalhadores e fez com que os trabalhadores raciocinassem congruentemente à burguesia, todavia a burguesia não podia se misturar ao povo, ela necessitava de um diferencial, a razão já não era privilégio de uma elite iluminada, restou, então, aos burgueses serem introspectivos, ou seja, a burguesia buscou no sentimentalismo o sentido de sua existência, a diferenciação de sua classe. Com a ascensão do capitalismo muitos ficaram ricos (obviamente que a maioria, ainda hoje, pobre) e as posses materiais não bastavam para se diferenciarem, era necessário ter uma visão de mundo diferente, visão típica dos heróis gregos: o sujeito, enquanto indivíduo, tem a obrigação de ir além das massas. Neste rufar de ímpetos o capitalismo foi fortalecido enquanto cultura e os românticos tornaram-se heróis gregos da modernidade cujo cume da felicidade, da perfeição e da beleza encontrava-se nos sentimentos.

Pensar opostamente às massas era um auto-serviço de ego, ao sublinhar os sentimentos alguns pensadores da burguesia em ascensão renovaram os valores morais. A centralidade do “eu” foi tomada como fundamental para o pleno desenvolvimento e melhoramento da humanidade. Num primeiro momento alguns burgueses simplesmente não desejavam fazer parte das massas, posteriormente, o sentimentalismo e os valores românticos como um todo foram fortalecidos e tomados como verdades.

“O movimento romântico, em sua essência, tinha em mira libertar a personalidade humana dos grilhões das convenções sociais e da moral.” (RUSSELL, 1969, p. 229).

Assim, esta busca pelo sentimentalismo levou-os ao questionamento quanto as liberdades individuais e sociais, logo a palavra de ordem não era mais apenas o sentimentalismo, pois o “eu” gritava por liberdade. Tais anseios por liberdade eram as mudanças estruturais e superestruturais que alcançaram os indivíduos e permitiram o fortalecimento do individualismo e do espírito criativo como forma de liberdade.

O ímpeto romântico permitiu ao homem dos séculos XVIII e XIX questionar as convenções sociais e até mesmo morais, a busca pela liberdade flexionou os cérebros e em pouco tempo as palavras de ordem eram criatividade e ousadia, aliás esses valores foram responsáveis pelo fortalecimento do capitalismo, uma vez que esse sistema econômico tem como base ideológica a liberdade individual, ou seja, qualquer um pode ser livre desde que tenha condições econômicas para que isso ocorra. Neste sentido, a lógica dominante capitalista classificou os mais aptos e capazes aqueles que possuem tais condições econômicas favoráveis e de mediocres os que não conseguiram sua “liberdade”.

O debate quanto a temática liberdade é típico do romantismo, Rousseau e Kant dissertaram quanto a liberdade, posteriormente Fichte tomou tal conceito como fundamental para entender o mundo. A liberdade era o único sentido de

vida para os românticos, o ser humano necessitava de ir ao encontro de sua liberdade e a liberdade nada mais era que seu “eu” atuando longe das amarras sociais – aliás, pensamento tipicamente burguês, sem preocupações econômicas.

A liberdade enquanto palavra de ordem para a burguesia romântica torceu o pensamento ético e estético, a obra de Kant é um bom exemplo disso. Para Kant (1995) a liberdade é o elo fundamental entre o ser humano e o ser divino, uma vez que a liberdade, para o filósofo, atrela-se a moralidade. Segundo Bornheim (1978) este legado kantiano alcança Fichte como razão prática, ou seja, a dimensão moral objetiva-se na prática que é em si liberdade, uma vez que - segundo Barboza (2005) – a moralidade de Fichte é realmente uma lei moral que proporciona a auto-atividade do sujeito, isto é, o eu é atrelado a uma obrigação que vai além de si enquanto sujeito no/do mundo, já que a lei moral possibilita-me agir como devo agir: moralmente. Fichte (1980, p. 309), portanto, opõe a natureza e a liberdade, pois para ele: “[...] a natureza não comanda, em geral, a liberdade [...]”. Tal como Kant opõe determinismo natural à liberdade moral, Fichte enxerga a natureza como um ponto que deve ser superado pelo ser humano e com essa superação alcançará o pleno gozo da liberdade – condição própria do eu, o qual tem atividade absoluta.

Se em Fichte o eu tem atividade absoluta, o eu também é determinado e determina-se enquanto realidade. Ao dizer que o eu é determinado significa que o não-eu determinou-o, ou seja, eu sei que não sou você, logo sei quem sou, nega-se o eu para afirmá-lo posteriormente. O eu fichteano é um ponto nevrálgico na construção da concepção moderna de dialética, mesmo negando o mundo das aparências Fichte introduz a negação da negação na filosofia moderna, já que esse negar leva o sujeito a um afirmar e surge, com isso, uma síntese.

A síntese dialética passa necessariamente pela vontade do indivíduo. A vontade é a mola-propulsora do romantismo, pois é pela vontade que se alcança a liberdade. Para Fichte (1980) alcançaríamos a liberdade mediante nossa ação que proporcionaria um impulso para o agir, todavia este impulso, obrigatoriamente, deveria ligar-se a um sentimento que nos levaria para uma representação de mundo. Todo agir fichteano encontra-se no pensar, portanto, a liberdade, a criação, a sensibilidade, o mundo, enfim, a verdade encontra-se no pensar, ou conforme Barboza (2005) o mundo fichteano é uma fantasmagoria.

Fantasmagoria típica das atividades românticas, as quais inicialmente tentavam isolar o eu, como se o mundo fosse uma grande mentira e a verdade do indivíduo em busca de seus sentimentos eram a realidade máxima. Assim, chega-nos a questão: como o pensamento de Fichte auxiliou o desenvolvimento das ciências humanas, em especial a Geografia?

A dialética fichteana proporcionou um novo olhar do indivíduo para com o indivíduo, isto é, o eu passa a ser peça fundamental na compreensão do mundo, ao mesmo tempo em que o mundo existe mediante o eu, mediante minha percepção. Isto proporcionou ao ser humano enquanto unidade destacar a capacidade para o mesmo ser livre - tanto imaginativamente quanto na realidade concreta (nossa interpretação) – e, portanto, capaz de buscar explicações em si, justificadas pela “capacidade” em ser vivo, pela vida. Enfim, Fichte, naquele momento, foi um rebelde.

Justificamos a “rebeldia” de Fichte por meio de Bornheim (1978) o qual afirma o entrelaçar da força criativa do eu com o mundo resultando em mundo novo que parte, necessariamente, da imaginação produtiva; assim, para os românticos eram estes pontos que faltavam na afirmação do movimento cultural-filosófico, pois o eu busca um sentido de unidade inexorável.

O movimento romântico tem como ponto fundamental a UNIDADE, aliás condição típica da herança medieval: a unidade sagrada. Buscam, os românticos, a unidade como justificativa de suas rebeldias teóricas-metodológicas para com o Iluminismo, isto é, se no Iluminismo o mundo era mecânico com sua racionalidade direcionada para o desvendar das leis cósmicas os quais, somente muito posteriormente, tiveram a compreensão de um universo unitário a partir de Galileu e Newton, ou seja, a unidade foi consequência do empirismo. Quanto ao romantismo a unidade era a obsessão. Os artistas e pensadores partiam, obrigatoriamente, de uma noção de unidade, as multiplicidades do/no mundo eram convergidas em uma estrutura unitária. Se Kant titubeou entre o determinismo natural e a liberdade moral, Fichte encarou este desafio remetendo como centralidade de sua filosofia a unidade do eu e o mundo, não há em Fichte dicotomia: o eu existe, o mundo existe – inseparáveis.

A liberdade, no romantismo, levaria os indivíduos, inevitavelmente, a unidade, somente existiria liberdade se a unidade entre o eu e o mundo fosse consumada. A unidade me proporcionaria a liberdade para pensar e agir, enfim, ser. Ser significaria unitariamente fazer parte do absoluto, do infinito, do imorredouro. Quando o eu apodera-se do sentido de unidade, proporciona o avanço do pensar, visto que a unidade eu-mundo circunscreve o indivíduo numa ponte que ligará o eu-imagético com o eu-real.

A ligação “atômica” eu-eu recria o mundo através da imaginação e, posteriormente, o aparelho subjetivo do eu-eu poderá ser efetivado na concretude do mundo: eis o início da concepção moderna de paisagem.²

Se por um lado as idéias kantianas ora continuadas ora modificadas por Fichte foram inicialmente revolucionárias, visto que levou o homem a se questionar, a se entender a olhar o mundo através de seus próprios olhos, por outro, conforme Hegel (2007), levou o homem ao contraponto da realidade com a idealidade, isto é, o homem enquanto sujeito que revela a totalidade ficou submisso a uma vontade idealizada de um eu transcendental, isto é, a cisão (*Entzweiung*) entre o universal e o particular na busca pela razão em Fichte é, para Hegel, praticamente inexistente, uma vez que Fichte procura na sensibilidade a realidade criando um formalismo das idéias:

Não é necessário lembrar quão diferente para essa absolutidade do empírico é aquele idealismo formal, o qual demonstra que toda a realidade empírica é apenas um subjetivo, um sentimento, pois essa forma não altera o mínimo da necessidade ordinária e inconcebível da existência empírica; e não se tem de pensar em nenhuma idealidade verdadeira da efetividade e do lado real: eles aparecem como propriedade das coisas ou como sensação. (HEGEL, 2007, p. 136).

A doutrina de Fichte propõe uma totalidade que é rebatida por Hegel (2002 e 2007), todavia Fichte colaborou para que o eu fosse destacado e assim os indivíduos valorizados enquanto sujeitos econômicos e construtores sociais. A onda de tempestades movimentadas pelos ímpetus da juventude burguesa destruíram as iluminações racionalistas do século anterior e o romantismo floresceu sem muitos impedimentos; assim, a liberdade permitiu o desenvolvimento das artes românticas e, conseqüentemente, modificou a idéia do que é belo e do que é perfeito, pois o *carpe diem* dos árcades não era mais suficiente para os artistas românticos, visto que aproveitar a vida relacionava-se diretamente com entender os seus sentimentos. Os românticos retomaram o valor medieval da superioridade da alma sobre o corpo, portanto, viver com intensidade era viver sentimentalmente e nisso Fichte teve relativa influência, já que para Fichte a realidade objetiva era limitada, todavia a realidade

² Isto será melhor explicado e definido daqui algumas páginas.

subjetiva –por meio do eu enquanto absoluto – era ilimitada, com o subjetivo ilimitado cabia ao sujeito ir além do mundo concreto e libertamente viver. Fichte (1980) proporcionou aos pensadores e artistas românticos uma ética e uma estética da liberdade absoluta individual.

A liberdade fichteana fez com que os sujeitos entendessem sua capacidade de serem livres pela própria autolimitação de seus eus, ora se o eu é absoluto ele também deveria ser ilimitado, todavia a autolimitação dá a unidade aos sujeitos, transformando os sujeitos em indivíduos e o mundo como representação da capacidade de serem livres mediante sua resolução equacional entre o eu e o mundo. Mesmo Hegel (2007) protestando quanto a abstração enquanto dedução negativa, as ondas fichteanas já haviam transformado grande parte do pensamento germânico.

Fichte (1980) transporta os sujeitos como construtores de seu próprio pensar, individualmente os seres humanos são simultaneamente sujeitos e objetos, possuem uma autoconsciência que não pode ser limitada por nenhuma outra pessoa. Trata-se de uma liberdade plena que é construída conforme a intuição do eu é direcionada para o completo entendimento da consciência vinculada a uma moralidade também progressiva. Essa combinação do eu que intuí com a moralidade resulta na vontade sobre o mundo. Em Kant (2005) o valor moral determina a vontade, esta vontade é entendida por Fichte (1980) como superação de um estágio inferior para um superior no qual gradativamente a autoconsciência é intuída e, supostamente, entenderia a totalidade, o que foi refutado por Hegel (2007).

A moralidade é mola propulsora da vontade em Kant, a vontade fichteana é a própria egoidade, então, a vontade do sujeito (enquanto autoconsciente) leva-o ao inevitável encontro com a beleza e perfeição, pois se eu intuo algo, intuo algo que é bom, procuro legitimar-me enquanto identificável com tudo que é belo e perfeito. Naquele momento histórico-filosófico o eu era obrigado a procurar a perfeição e o que era perfeito era, obrigatoriamente, belo. Neste sentido, os olhares dos sujeitos sobre o mundo foram condicionados nas exigências éticas-estéticas.

A Geografia nasce na tentativa sistemática de entender a relação eu-mundo, a padronização legal cósmica foi um arranque posterior ao destaque do fortalecimento da ética e da estética na busca do homem pelo perfeito. Antes da Geografia, surgiu a Paisagem e esta surgiu vigorosamente nas condições românticas, com a sobreposição do sujeito sobre o objeto e, posteriormente, a prevalência da dialética já no romantismo. Fichte proporcionou para o desenvolvimento dos primórdios da Geografia a noção de totalidade na relação sujeito-objeto por meio do direcionamento da vontade de aprimorar o conhecimento e alcançar definitivamente a autoconsciência, isto é, para a Geografia a herança romântica proporcionou um avanço na teoria do conhecimento. Para ficar mais nítido o que dissertamos continuaremos nosso desbravar sobre o romantismo.

Contemporâneo de Johann Gottlieb Fichte o filósofo Friedrich Schiller muito contribuiu para o desenvolvimento do pensamento romântico germânico, principalmente com duas de suas obras: “A educação estética do homem” (1793) e “Poesia ingênua e sentimental” (1796), com as quais iremos destacar pontos importantes para o desenvolvimento da categoria paisagem e, posteriormente, sua influência na Geografia.

Schiller (1990, 1991 e 2004) tem como centralidade a busca por uma harmonização do mundo, tal harmonia proporciona ao homem o inevitável caminho da superação do mundo através do desenvolvimento das artes que ocorre a partir de uma educação estética na relação dialética espírito-matéria, muito ao contrário de Fichte que considerava o mundo idealizado como perfeito. Tal relação eu-mundo em Schiller

(1991) só ocorre caso o indivíduo tenha uma moralidade sentimental, isto é, o indivíduo somente poderá contemplar o mundo se entender a importância do espetáculo do sentir, com isso a relação do homem com o mundo é intermediada pela necessidade romântica-burguesa da contemplação de uma natureza ainda um tanto quanto árcade.

Se em Fichte o eu é o centro absoluto da discussão, em Schiller o eu é o resultado da relação entre a moral contemplativa, os sentimentos e a natureza. O eu sente o sentimento, por meio do sentir o eu torna-se o próprio sentimento, daí a importância da realidade objetiva está na capacidade de promoção espetacular para os sentimentos do homem. Em Schiller (1990, 1991 e 2004) a natureza é um adorno, ao mesmo tempo em que deve ser o contemplativo sentimental, a natureza serve para servir inicialmente ao apaziguamento do espírito conturbado e, posteriormente, com o equilíbrio do espírito a moralidade surge e a mesma capacita o indivíduo para sentir o mundo.

O mundo, em Schiller, é sensível para aqueles que moralmente conseguem entendê-lo. E o mundo pode ser entendido pela natureza, pelo sentimento poético. Logo, a relação entre eu e o mundo é intermediada pela minha capacidade de refletir sentimentos, portanto, eu penso e tenho sentimentos dentro de uma racionalidade cultural, isto é, a paisagem é a intermediária entre eu e o mundo, visto que somente a paisagem poderá produzir em meu ser sentimentos, ou conforme Cauquelin (2007) a paisagem é a natureza que me envolve com o manto da cultura.

A cultura romântica em Schiller proporcionou o avanço do eu sobre o mundo, trata-se de um eu latente que é verificado na relação do mesmo com a natureza, tal relação fez surgir o que hoje chamamos paisagem. Obviamente que sempre existiram paisagens, porém a concepção da mesma foi modificada em consórcio com os aspectos econômicos, sociais, tecnológicos e culturais. A paisagem enquanto intermediária do eu com o mundo romântico foi forjada categoricamente no sentimentalismo, portanto, olho o mundo com a perspectiva e a expectativa de emocionar-me positivamente através do que é significantemente perfeito e belo. A questão era: quem produzia o perfeito e o belo? Para Schiller a produção da beleza fica, prioritariamente, nas mãos dos artistas, uma vez que os mesmos detinham a genialidade, como também afirmou Kant (1995).

A emoção, para Schiller (1990 e 1991) era uma condição da alma que era revelada por meio da busca e efetivação de idéias morais no sentimento artístico. Para Schiller (1990 e 1991) o próprio sentimento progredia, visto que diferenciava artistas ingênuos de artistas sentimentais, ambos produziam arte, produziam beleza, mas por meios distintos, uma vez que o ingênuo aproximava-se da natureza e revelava uma pureza moral, enquanto o artista sentimental era moderno e distinguia a razão da sensibilidade da e na natureza.

Schiller (1990 e 1991) ao separar a razão da sensibilidade faz com que o entendimento de mundo tenha uma hierarquia, ou seja, se entendêssemos o mundo racionalmente permitiríamos o desentendimento da sensibilidade; assim, o sensível mundo sensível era parte de uma genialidade que independe da razão, daí a urgência em tentar realizar uma educação moral que leve o homem ao uma educação estética, ou seja, a herança kantiana sobreviveu em Schiller neste sentido.

A beleza, segundo Schiller (1990) concentra-se na idéia, a mais pura e perfeita beleza encontra-se indivisível e imutável na idéia, ao transportar da idéia para o mundo pode-se perder algo de perfeito, mesmo assim a única maneira para contemplarmos a beleza é por meio da experiência, portanto, o mundo é e não é belo, depende do artista e do sujeito que contempla o mundo: do artista pois o mesmo confeccionará a beleza, do sujeito pois apenas o ser com condições morais elevadas

conseguirá entender o belo. A beleza é regra para Schiller, uma regra ideária que se concretiza cotidianamente e também é o que determina o ser ou não-ser.

Fichte (1980) e Schiller (1990 e 1991) concordam quanto a necessidade de superação do homem que representa, isto é, apenas a individualidade da e na idéia no ser formará o eu e apenas o eu tem capacidade expansiva e infinita, então, o eu fichteano e o artista schilleriano dão as mãos na tentativa congruente de usar a imaginação sobre e para a criação de um novo mundo, isto é, a superação da união ingênua entre a razão e sensibilidade produzirá um reagrupamento das forças sensíveis e espirituais. Diante disso, o sujeito fichteano-schilleriano rumo para a edificação da sensibilidade enquanto mola principal dos impulsos românticos, cujos se tornarão leis no século XVIII e XIX.

Mesmo na Revolução Industrial os ideais românticos foram fundamentais, visto que o desenvolvimento do ser enquanto unidade pensante criativa forjou as bases da imaginação, isto é, antes de qualquer grande invenção tecnológica é necessário o desenvolvimento intelectual de tal invenção; assim, por meio da “categoria” imaginação, fortalecida no romantismo, em conjunto com a liberdade formaram a pedra fundamental para o pensamento contemporâneo: ser livre para criar. Todavia, esta liberdade, como sabemos, é limitada, pois apenas os detentores de capitais conseguem relativa liberdade.

O romantismo por meio de sua estética fez com que grande parte da Europa raciocinasse em termos individualistas, em sintonia com a liberdade individual e com a necessidade constante do novo, por isso a criação de tantos inventos nos séculos XVIII e XIX, pois a retomada do eu proporcionou o destaque para o pensamento individual. Os olhares das pessoas foram direcionados pela estética romântica, cuja fundou a paisagem contemporânea, tal como podemos constatar nas palavras de Schiller:

O estado do espírito humano antes de qualquer determinação pela impressão dos sentidos é uma determinabilidade sem limites. A infinitude de espaço e tempo é dada ao livre uso de sua imaginação e como, segundo a suposição inicial neste amplo reino do possível nada há de posto nem de excluído [...] (1990, p. 99).

O espaço e o tempo somente serão transformados, modificados a medida que os sujeitos tomem consciência de seu estado de ser que é necessariamente livre. Este direcionamento do ser enquanto livre teve um gigantesco impulso no romantismo germânico, desde a influência de Rousseau, passando por Goethe, Kant, Fichte, Schiller e Schelling. O homem romântico não é aquele que é direcionado pelos seus sentimentos, trata-se de um sujeito que busca uma autonomia no mundo através do direito para exercer suas liberdades individuais. Obviamente, que tais liberdades são frutos de uma ideologia nascente burguesa que é simultaneamente romântica e influenciadora do próprio romantismo. O capitalismo surgiu romanticamente, já que a valorização da liberdade individual levou o sujeito a pensar egoisticamente quanto a criação e desenvolvimento da materialidade que foi direcionada pelas matrizes ligadas a perfeição e a beleza, isto é, o padrão estético romântico direcionou os sujeitos a pensarem criativamente balizados pela imaginação libertária sob os auspícios da beleza e da perfeição; assim, a organização do espaço ocorreu por meio de uma vontade estética individualista. Para entendermos melhor isso basta lermos “A situação da classe operária na Inglaterra” de F. Engels, pois o filósofo aponta os inúmeros problemas da industrialização inglesa e a situação paupérrima da classe operária, neste sentido os capitalistas degradam uma parte do espaço, exploram pessoas neste fragmento do espaço para organizarem-se esteticamente melhor em outro fragmento do espaço. Esta organização diferenciada espacialmente produz paisagens distintas, todavia a burguesia

enquanto vanguarda influencia a classe operária, logo a classe operária deseja ser burguesia para compartilhar a beleza e a perfeição burguesa e com isso a manutenção do status quo se perpetuou.



Caspar David Friedrich - O viajante sobre o mar de névoa, 1818 (esq.) – Trabalho infantil séc. XIX – fonte descohecida (dir.)

Enquanto a burguesia construía uma paisagem esteticamente perfeita, equilibrada e acima de tudo belíssima, a classe operária trabalhava; assim, todos os ideais românticos eram burgueses e todo o direcionamento da vontade, naquele momento, era romântico. Ideologicamente a classe operária também foi direcionada para acreditar que tais valores estéticos e morais eram irrefutáveis. Enquanto Friedrich pintava um homem solitário contemplando as possibilidades no espaço-tempo, a exploração na Europa era geral, até mesmo crianças trabalhavam exaustivamente. As paisagens eram diferentes em todos os sentidos, porém a burguesia, por meio dos valores românticos, difundiu o ideal estético: a beleza e a perfeição deveria imitar o padrão paisagístico burguês que teve como influência Goethe, Kant, Schiller, Fichte e Schelling, isso não significa que tais pensadores organizaram suas obras no sentido de favorecerem a burguesia, dialeticamente as obras foram criadas.

Em Schiller (2004) a exaltação do belo tem um fim: o prazer, mas não se trata de um prazer banal, o prazer deveria estar vinculado a sensibilidade e a razão, pois somente assim entenderiam as propriedades da forma, já que “[...] o belo consiste na forma [...]” (p. 43). A forma revela a imaginação, a estética sai do mundo da imaginação para o mundo real, a concretude do belo é a materialização de uma idéia. O belo, obrigatoriamente em Schiller (1990, 1991 e 2004), precisa ser revelado para garantir um mundo melhor. Seguir a beleza racionalmente, para Schiller (2004), significa deixar a beleza fluir naturalmente, pois “[...] a beleza serve à perfeição”. (p. 43). A beleza procura ser perfeita para que torne-se bela efetivamente, somente o perfeito é belo. Os artistas buscam a beleza para terem a perfeição artística e só conseguem obter a perfeição por meio da tentativa de alcançarem o que é realmente belo, tal como os poemas de Goethe e os quadros de Caspar D. Friedrich.

Os anseios de Schiller estavam anteriormente presentes na obra de Kant, principalmente na Crítica da Faculdade do Juízo, cujo desdobramento estético respondeu aos problemas filosóficos levantados no século XVIII e favoreceu o desdobramento do movimento e das idéias românticas que levaram inúmeros pensadores a terem a autonomia dos sentidos como o diferencial histórico-filosófico (TERRA, 1994). A autonomia do eu provocou uma tempestade de liberdades, principalmente quanto ao pensamento científico e artístico: a regra era imaginar para criar e a criação levaria os indivíduos até a liberdade.

O quadro “O viajante sobre o mar de névoa” – 1818 - de Caspar David Friedrich evidencia os pontos que destacamos, uma vez que o “viajante” fita o horizonte, o infinito enquanto possibilidade de ser, ou melhor, enquanto capacidade para ir além do que se pode imaginar. O “viajante” encontra-se em um ponto elevado do relevo, mesmo assim dá-nos a impressão que olha para a montanha mais alta; assim, entre o “viajante” e a próxima montanha, existe um vale que deverá ser superado para alcançar o próximo ponto e quando o “viajante” chegar a próxima montanha será que ele lá permanecerá? Ou buscará novos caminhos? O caminho do “viajante” é a rota da liberdade, ele contempla solitário o mundo, aliás condição típica do romântico. Caspar David Friedrich pintou uma paisagem que dominou e domina a leitura de mundo das pessoas, isto é, o ideal romântico-burguês ou burguês-romântico do sujeito enquanto ser-unidade, o homem enquanto responsável solitário pela sua vida. O idealismo romântico engessou a coletividade na individualidade. Se por um lado Caspar coloca o homem solitário na montanha, por outro lado ele aponta a possibilidade de superação de qualquer situação pelo homem, todavia a burguesia se apropriou da primeira idéia enquanto a segunda fez eco apenas entre um pequeno número de anarquistas e de socialistas³.

O romantismo buscou a idealização do mundo, portanto, tudo que o romântico vivia relacionava-se ao eu; assim, a subjetivação do mundo passava pela concepção do que se via, do que sentia fisicamente e, obrigatoriamente, o mundo era apropriado pelos indivíduos. Neste sentido, o olhar do indivíduo no e para o mundo foi agenciado coletivamente, isto é, o olhar do indivíduo nunca é singular, nunca é único, pois os indivíduos por mais que crêem na sua unidade de ser, são seres dialéticos, que entendem o mundo a partir de uma estrutura coletiva, tais entendimentos de mundo são “pré-programados” culturalmente, socialmente, economicamente, politicamente, esteticamente, etc ... (GUATTARI, 2000). O romantismo proporcionou um novo olhar

³ O romantismo influenciou a filosofia hegeliana, posteriormente reformulada por Marx e Engels, colocada em prática na Revolução Bolchevique, na Revolução Chinesa e na Revolução Cubana, isto é, as revoluções socialistas ocorreram mais de um século após as idéias românticas terem fervilhado nas revoluções francesa e estadunidense.

sobre o mundo, ao mesmo tempo que o mundo proporcionava as condições necessárias para o avanço das idéias românticas, para que tais idéias avançassem foram necessários pensadores que organizaram o mundo por meio das idéias.

Kant foi um desses grandes pensadores responsáveis por essa organização estética e moral que resultaram no romantismo e contribuiu para o fortalecimento do idealismo alemão. Em Kant o sujeito era prioritário na relação com o mundo, logo o mundo era fitado à partir de meus pressupostos, de minhas experiências pessoais e intransferíveis. O sujeito resultava das relações empíricas e subjetivas que o mesmo tinha com o mundo. Não há uma sobreposição do subjetivismo com a empiria, todavia o sujeito é sujeito seja ao mundo seja aos seus pensamentos. Logo, o mundo é entendido como regulável pela moral associada a estética, ao mesmo tempo em que o eu é responsável por emitir um parecer pessoal sobre o mundo (KANT, 1995, 2003, 2005). Assim, quando Caspar David Friedrich pintou o “viajante” ele emitiu seu juízo de gosto, sua personalidade no mundo, bem como foi influenciado pelo próprio mundo, pela moralidade que naquele momento atrelava-se ao conceito de liberdade e até mesmo de humanidade: ser livre é ser humano.

Diante disso, a interpretação kantiana de mundo atrelada aos pensadores românticos germânicos e posteriormente aos românticos franceses, tornou possível o surgimento da paisagem enquanto experiência moral e estética. Naquele momento a grande dúvida kantiana quanto a beleza era se a mesma deveria ser entendida enquanto universal ou individualmente; assim, a influência de Kant na GEOGRAFIA (já em Humboldt) vincula-se a concepção do que se vê e como se vê, isto é, Kant por meio de sua dialética do juízo permitiu e permite que Geografia tenha sua fundamentação categórica inicial na paisagem, logo a gênese da Geografia não está nas análises do espaço enquanto categoria, pois Kant deixou como herança não apenas as análises newtonianas em suas aulas de geografia, uma vez que o mesmo proporcionou um avanço significativo na relação entre o objetivo e o subjetivo nas questões da idéia, da moral e da estética. Kant capacitou a Geografia, inicialmente com Humboldt, com o criticismo, logo as questões empíricas e racionalistas se fundiram nos trabalhos de campo de Humboldt. E os trabalhos de campo eram visuais, notava-se a paisagem. Então, a influência kantiana fez-se presente na relação geógrafo e objeto, pois o objeto não seria apenas o que vejo, o que descrevo, já que o mesmo depende também de minhas impressões sobre o mesmo, daí os juízos de gosto e cognitivos tornaram possíveis para a Geografia um avanço singular no entendimento do espaço, que só poderia ser entendido no início da Geografia paisagisticamente.

Entender paisagisticamente significa que os sentidos e a razão são balizadores da compreensão do mundo, a natureza não é somente matemática, a relação entre o homem e o mundo vai muito além do formalismo cartesiano, pois a relação ser e mundo vincula-se entre o ser que é e a projeção que o mesmo poderá ter dele sobre si e sobre o mundo, isto é, o ser com autonomia e capacitado para entender o mundo, porém para que compreensão do mundo fosse completa, haveria (e há) necessidade de ter o ser enquanto sujeito que se projeta, ao mesmo tempo em que compreende que a sua projeção para o mundo é na verdade um impulso do próprio mundo, portanto, a Geografia compreendeu paisagisticamente o mundo e não espacialmente, pois a paisagem revela-nos onde e como estamos e foi isso que Kant (1995) discutiu na dialética da faculdade de juízo teleológica, já que a faculdade de juízo reflexiva necessita de uma base que revela-nos as suas leis e as suas verdades, logo tais verdades não nos são reveladas simplesmente pela mecânica do mundo, já que necessitamos de tê-las subjetivamente.

Ainda em Kant (1995) entendemos que o ser ao se projetar no mundo, cria um conceito, ao mesmo tempo em que aproveita “velhos” conceitos, por exemplo, José olha uma casa; ao olhar a casa José lança todas as suas verdades sobre a mesma, isto é, projeta-se na e sobre a casa, se lança além de si e mira categoricamente e conceitualmente na casa, desta maneira José enxerga a casa conforme sua concepção de beleza e perfeição, ou melhor, José poderá aprovar a casa considerando-a bela e perfeita ou poderá negar a casa. Se José negasse a casa seria imperfeita, ele negou por causa da casa ser feia. Ao aprovar a casa José considera a mesma bela e perfeita, isto é, cognitivamente e esteticamente aprovou. Esse aprovar ou não depende da relação entre a opinião subjetiva e dos universais categóricos. Ao ampliarmos a escala, ao sairmos da casa de José e direcionarmos nossos questionamentos para uma rua, para um bairro, ou uma cidade, ou mesmo país, aplicaremos as mesmas considerações: a contradição entre a subjetividade e a objetividade normativa que resulta numa contínua dialética.

Assim, ao olharmos o “viajante” de Caspar David Friedrich projetamos nossa racionalidade e nossa sensibilidade sobre a obra, ou seja, Kant fomentou nos pensadores e artistas em gerais a necessidade de entendermos o mundo cognitivamente e simultaneamente entende-lo de forma subjetiva. Kant faz a humanidade passear pelo mundo que é e pelo mundo que será, se num primeiro momento a casa de José e o “viajante” me são agradáveis posso concluir que existe algo de belo e perfeito, ao adentrar a casa de José observo as paredes com manchas e um péssimo cheiro no interior do imóvel, então, a casa que me foi agradável por instantes já não é tão agradável agora. Saio da casa e observo a mesma: internamente a casa está inabitável, externamente a casa é habitável. Entre ser ou não habitável temos duas situações: o conceito engessado (aprendido socialmente) e o conceito privado (desenvolvido subjetivamente); assim, o conceito engessado é a estética normativa, enquanto o conceito privado abomina a universalidade objetiva, neste sentido, fica a questão: a casa de José é bela? Sim, exteriormente bela, porém inabitável naquele momento, ao analisarmos a questão em Kant temos a solução através do conceito de finalidade: a casa tornar-se-á bela totalmente quando for útil, isto é, preservar sua função enquanto moradia. Para Kant (1995) a beleza da casa de José estaria no observador (logo o belo seria incomunicável), todavia ao abordar a finalidade como discernimento Kant relaciona a beleza à função do objeto, isto é, sistematiza a beleza.

Vitte (2006) escreve que a contribuição de Kant para a Geografia está no entendimento da natureza e sua investigação espacial por meio da diferenciação da mesma. Concordamos em parte com Vitte, pois Kant contribuiu não apenas na diferenciação espacial, ele permite a Geografia construir uma identidade paisagística, antes mesmo de uma identidade geográfica, ou seja, a estética kantiana leva o sujeito a se projetar sobre o mundo, a olhar o mundo e perceber sua capacidade em ser livre. O espaço aprisiona. A paisagem liberta. O espaço aprisiona, já que o mesmo está; enquanto que a paisagem é dinamismo constante.

O espaço ainda é newtoniano para Kant (1995), as análises quanto ao espaço que vão além da concepção estática. O espaço é. O “é” será analisado dialeticamente, o espaço permanece e os elementos para compreendê-lo é que são dinamizados na relação sujeito-objeto. Este dinamismo da relação analítica entre sujeito-objeto resultou na distinção do espaço e da paisagem, ou melhor, os elementos kantianos vinculados ao pensamento romântico germânico fomentaram o desenvolvimento da Geografia por meio da categoria paisagem.

A geografia regional kantiana possibilitou o recorte do espaço - uma diferenciação do espaço -, o que deu margens para a construção categórica da paisagem, visto que a área diferenciada no espaço (a região) deveria de forma congruente formar

linhas isonômicas, isto é, a região, obrigatoriamente, necessitava de ser harmônica e correspondente internamente de suas características, o que a diferenciaria das demais regiões: a diferença em si era a paisagem, pois somente através das paisagens as regiões eram caracterizadas. O que torna a visão kantiana propulsora da paisagem é a íntima relação entre a beleza e a perfeição, segundo Kant (1995) os sujeitos ao possuírem a beleza terão, inexoravelmente, capacidade avaliadora de mundo pela batuta da moral e, conseqüentemente, da genialidade; assim, beleza e moral andam sempre par a par. A paisagem existiria somente em consórcio com a beleza e com a moral. Segundo Claval e Entrikin (2004, p. 257):

“La vision kantienne de la géographie comme science de la différenciation régionale est alors partagée par beaucoup de géographes, ce qui veut dire que toutes les différences doivent être analysées, même si elles sont plus subjectives qu'objectives”.

Claval e Entrikin (2004) destacam a sobreposição da subjetividade para com a objetividade e explicam que todas as diferenças precisam de análises, logo esta sobreposição na verdade é reguladora de uma cultura, trata-se de um posicionamento dialético, onde o pensar e o fazer correspondem-se no e ao mundo.

O desenvolvimento da categoria paisagem a partir de Kant atrela-se ao pensamento romântico, neste sentido, o ser passa a ser significativa e a unidade mínima da paisagem passa a ser o homem, portanto, a Geografia nasce atrelada ao pensamento estético e desde aquele momento até a contemporaneidade a Geografia tem como objetivo central o equilíbrio do mundo, seja nos aspectos ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos; tudo isso a partir da busca pela perfeição e pelo estético enquanto fim harmônico.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- Aron, R. O marxismo de Marx. São Paulo: ARX, 2005.
- BAILLY, A.; FERRAS, R. Éléments d'épistémologie de la géographie. Paris: Armand Colin, 1997.
- BARBOSA, T.; AZEVEDO, J. R. N. A paisagem na Geografia Livre: elemento fundamental para a educação. Revista Cosmos. Presidente Prudente: TB, JRNA & JCR. Ano II, vol. II, n. 2 – maio/set, 2004. p. 03-05.
- BARBOSA, T. O conceito de natureza e análises de livros didáticos de Geografia. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2008.
- BARROS, R. S. M. Razão e racionalidade. Ensaio de filosofia. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1993.
- BENJAMIN, W. Teoria do conhecimento, teoria do progresso. Revista Memória e Vida Social. UNESP: FCL – Assis – SP. Ano II, Vol. II, Maio/2002. p. 32-69.
- BERGSON, H. Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BERQUE, A. Les raisons du paysage de la Chine antique aux environnements de synthèse. Paris-CEE: Hazan, 1995.
- BERQUE, A. Médiance de milieux en paysages. Paris: GIP Reclus, 1990.
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. RA'E GA. Curitiba: Editora UFPR. N. 8, p. 141-152, 2004.
- BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CAPEL, H. C. Filosofia e ciência na Geografia Contemporânea: uma introdução à Geografia. Volume I. Maringá: Massoni, 2004.

CARVALHO, M. C. Da antropogeografia do final do século XIX aos desafios transdisciplinares do final do século XX: o debate sobre as abordagens integradas da natureza e da cultura nas ciências sociais. (Tese de doutorado). São Paulo: PUC, 1998

CAUQUELIN, A. A invenção da paisagem. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL S. (Orgs.). Elementos de epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: UFPR, 2002. p. 11-46.

CLAVAL, P; ENTRIKIN, N. Lieu et paysage entre continuité et changement: perspectives sur l'approche culturelle. In: BENKO, G; STROHMAYER, U. Horizons géographiques. Paris: Breal, 2004. p. 241-289.

CLAVAL, P. Evolución de la geografía humana. Barcelona: Oiko-Tau S.A, 1974.

COSGROVE, D. M. Em direção a uma Geografia cultural radical: problemas de teoria. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1998, n. 5, p. 05-30.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. O que é a Filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DUFRENNE, M. Estética e filosofia. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ENGELS, F. Anti-Duhring. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERRAZ, C. B. Geografia e Paisagem. São Paulo: USP – FFLCH, 2003. (tese de doutorado).

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, M. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GAY, P. O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GEERTZ, C. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GODELIER, M. A racionalidade dos sistemas econômicos. In: CARVALHO, E. A. Godelier: antropologia. São Paulo: Ática, 1981. p. 37-58.

HEGEL, G. W. F. Cursos de estética I, II e III. São Paulo: Edusp, 1999/2000/2002.

HEGEL, G. W. F. A razão na história. Uma introdução geral à filosofia da história. São Paulo: Centauro, 2008.

HEGEL, F. Fé e Saber. São Paulo: Hedra, 2007.

HEGEL, G. W. F. Fenomenologia do espírito. Petrópolis: Vozes, 2005.

HORKHEIMER, M. Eclipse da razão. Rio de Janeiro: Labor, 1976.

HUMBOLDT, A. Quadros da natureza. São Paulo: W.M. Jackson, 1950. 2v

JUNG, C. G. O espírito na arte e na ciência. Petrópolis: Vozes, 2007.

KANT, I. Crítica da Faculdade do Juízo. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

KANT, I. Crítica da razão prática. São Paulo: Martin Claret, 2005b.

KANT, I. Crítica da razão pura. São Paulo: Martin Claret, 2003.

KANT, I. Fundamentos da metafísica dos costumes e outros escritos. São Paulo: Martin Claret, 2005.

KOSIK, K. A dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LENIN, V. As três fontes. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARCUSE, H. Eros e civilização. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARX, K. O 18 do Brumário de Louis Bonaparte. Coimbra: Centelha, 1975.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Martin Claret, 2006a.

MARX, K. Grundrisse. London: Penguin Books/ New Left Review, 1993.

MERLEAU-PONTY, M. A natureza. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MOREIRA, R. O círculo e a espiral – para a crítica da geografia que se ensina – 1. Niterói: AGB – Niterói, 2004.

- MOREIRA, R. O discurso do avesso (para a crítica da Geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- NIETZSCHE, F. Da utilidade e do inconveniente da História para a vida. São Paulo: Escala, 2008.
- NUNES, B. A visão romântica. *In: O Romantismo*. GUINSBURG, J. (Org). São Paulo: PAREYSON, L. Os problemas da estética. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PRATT, M. L. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.
- GUATTARI, F. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: 34, 2000.
- RATZEL, F. El territorio, la sociedad y el Estado. *In: MENDOZA, J. G. & JIMÉNEZ, J. M. & CANTERO, N. O. El Pensamiento Geográfico*. Madrid: Alianza Editorial, 1988. p. 193-204.
- RETAILLÉ, D. Le monde du géographe. Paris: Presses de Sciences, 1997.
- SANTOS, M. A natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SAUER, C.O. A morfologia da paisagem. *In: CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z. (orgs.) Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12-74.
- SCHILLER, F. Fragmentos das preleções sobre estética do semestre de inverno de 1792-93. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- SCHILLER, F. Poesia ingênua e sentimental. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- SCHILLER, F. A educação estética do homem. São Paulo: Iluminuras, 1990.
- STRAUSS, C. L. Tristes trópicos. São Paulo: Anhembi, 1957.
- TERRA, R. R. Kant: juízo estético e reflexão. *In: NOVAES, A. Artepensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 113-126.
- VANNUCCHI, A. Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo: Edições Loyola, 1977.
- VÁZQUÉZ, A. S. Convite à estética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- VITTE, A. C. A terceira crítica kantiana e sua influência no moderno conceito de Geografia Física. *In: Geosp – Espaço e Tempo*. São Paulo: USP. N. 19, p. 33-52, 2006.
- VOLOBUEF, K. Frestas e arestas. A prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil. São Paulo: Unesp, 1999.
- VOVELLE, M. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- Wolheim, R. As idéias de Freud. São Paulo: Círculo do livro, 1971.